Notícias do dia 29 de janeiro

TRIBUNAL DE CONTAS
DO ESTADO DE GOIÁS

Sumário

Número de notícias: 2 | Número de veículos: 2

OLHA GOIÁS - ONLINE - GO - NOTÍCIAS
TCE - GO
Lissauer Vieira reforça pré-candidatura em encontro com a imprensa 3

O POPULAR ONLINE - GO - POLÍTICA
TCE - GO
André Mendonça marca audiência de conciliação sobre ADI da Atricon 4

Lissauer Vieira reforça pré-candidatura em encontro com a imprensa

O ex-presidente da **Assembleia Legislativa de Goiás** (**Alego**), Lissauer Vieira, reforçou sua pré-candidatura à prefeitura de Rio Verde durante um encontro com a imprensa nesta segunda-feira. O evento, que aconteceu durante um café da manhã, proporcionou aos jornalistas uma visão mais próxima da trajetória política de Vieira e seus planos para o município e o estado.

Ao abordar a carreira política, Lissauer Vieira destacou a atuação tanto em Rio Verde quanto em âmbito estadual, enfatizando a conclusão da atual sede da **Alego** que foi concluída durante o período da pandemia. O político ressaltou a importância dessa conquista para a eficiência do legislativo goiano.

"Foi a maior obra pública individual do Estado de Goiás. As contas foram todas auditadas e todas aprovadas pelo **Tribunal de Contas do Estado de Goiás** e isso nos deixa muito tranquilos, muito de cabeça erguida, sabendo que nós fizemos isso, uma obra daquele tamanho, com muita transparência", disse.

Questionado sobre a escolha do vice, Lissauer preferiu manter o suspense, afirmando que o nome será definido em conjunto com o grupo político. Além disso, ele se mostrou aberto a diálogos com outros pré-candidatos, desde que compartilhem das mesmas ideias do Partido Liberal (PL), ao qual está filiado, e destacou que tem apoio do ex-presidente Jair Bolsonaro.

O pré-candidato assegurou ainda que não há possibilidade de desistir da corrida eleitoral e se unir à chapa do atual prefeito, Paulo do Vale. Segundo Lissauer, Rio Verde necessita de uma gestão capaz de conduzir a cidade que está em constante desenvolvimento, e ele acredita que sua experiência política o torna a pessoa adequada para esse desafio.

Sobre a possível candidatura de um nome indicado pelo prefeito em exercício, Lissauer demonstrou confiança na escolha da população. Ele ressaltou que não teme a concorrência e acredita que os cidadãos saberão discernir o melhor caminho para o futuro de Rio Verde.

"A cidade não vai parar de crescer, de desenvolver, e para tal, em uma cidade com a pungência e com a força que Rio Verde tem nós precisamos de ter um gestor que tenha essa mesma força, essa mesma pungência, e essa vitalidade e experiência administrativa para tocar os projetos", ele explicou.

Site: https://www.olhagoias.com.br/geral/lissauer-vieira-reforca-pre-candidatura-em-encontr

André Mendonça marca audiência de conciliação sobre ADI da Atricon

O ministro André Mendonça, do Supremo Tribunal Federal (STF), agendou para o dia 6 de fevereiro audiência de conciliação na ação direta de inconstitucionalidade (ADI nº 7581) contra a lei goiana, sancionada em dezembro pelo governador Ronaldo Caiado (UB), que estabeleceu julgamento da prestação de contas do **Tribunal de Contas do Estado** (**TCE-GO**) pela Assembleia Legislativa (**Alego**).

"O contexto torna propícia a tentativa de buscar soluções consensuais ao conflito estabelecido, (...) a partir da abertura dos diversos atores e instâncias institucionais envolvidas à interação dialógica, apta à construção de potenciais convergências de entendimento em relação ao problema a ser solucionado", diz o ministro em despacho publicado nesta segunda-feira (29).

Estão convocados a participar da audiência, às 14 horas, representantes do **TCE-GO** e da **Alego**, do governo estadual, da Advocacia-Geral da União e da Procuradoria-Geral da República, além de ser franqueada a presença da Associação dos Membros dos Tribunais de Contas do Brasil (Atricon), autora da ação.

Apesar de audiência de conciliação não ser muito comum em ADIs, Mendonça cita outros casos que já ocorreram no Supremo. "Esse expediente jurisdicional tem sido admitido e desenvolvido em ações objetivas pelo Tribunal", afirma, citando quatro ADIs, duas ADPFs (Arguição de Descumprimento de Preceito Fundamental) e duas ADOs (Ação Direta de Inconstitucionalidade por Omissão).

Ele próprio também já havia utilizado o expediente em ação que questionava a eficácia de duas cláusulas do convênio do Conselho Nacional de Política Fazendária (Confaz) que autorizavam estados a dar descontos nas alíquotas de ICMS sobre óleo diesel. No caso, no entanto, a audiência ocorreu depois da concessão de liminar suspendendo as cláusulas.

O projeto da lei goiana foi proposto pelo deputado Talles Barreto (UB), vice-líder do governo na **Alego**, em meio a atritos entre Caiado e o tribunal, por conta de decisão contrária ao modelo para gestão de hospitais estaduais que inclui organizações da sociedade civil (OSCs).

As novas normas, que preveem o rito de apreciação das contas e possíveis sanções contra o tribunal, são questionadas juntamente com emenda da Constituição Estadual que estabeleceu, em 2010, que a **Alego** será responsável pela análise dos balanços do **TCE-GO**.

Ouvidos na ação, AGU e PGR divergiram. A primeira não vê inconstitucionalidade no julgamento das contas pelo Legislativo. Já a PGR defendeu a suspensão de sete artigos. Para o procurador-geral Paulo Gonet, a **Alego** até pode apreciar os balanços do tribunal, mas penalidades, multas e outros atos administrativos previstos na lei extrapolam as competências do Poder.

O ministro Mendonça diz, no despacho, que a tentativa de consenso pode "ensejar a construção de desfecho mais adequado à situação". Afirma também, que "ainda que frustrada a conciliação, é indene de dúvidas que a sua mera tentativa já viabilizará a obtenção de dados e elementos informativos capazes de melhor orientar a ulterior cognição judicial da matéria".

Na ação, a Atricon alegou vício de iniciativa, afronta à autonomia do TCE e falta de simetria com o sistema federal. Cita também o contexto de crise institucional e acusa retaliação política e tentativa de intimidação.

cora

Em 14 de dezembro, a maioria do **TCE-GO** decidiu pela ilegalidade e anulação dos chamamentos da Secretaria Estadual de Saúde para gestão em quatro hospitais (Hugo, Hemu, Herso e Heapa). Na mesma decisão, o tribunal recomendou que o governo estadual não assine termos de colaboração com OSCs na área da saúde, sinalizando para posição contrária da maioria do tribunal ao contrato realizado entre o governo e a Fundação Pio XII, em dezembro de 2022, para construção e gestão por 12 anos do Complexo Oncológico de Referência (Cora). O caso do Cora é apreciado em outro processo, que corre sob sigilo.

Conforme mostrou O POPULAR na semana passada, o governo estadual protocolou pedido de reexame contra a decisão que anulou os chamamentos e aguarda decisão. Enquanto isso, há efeito suspensivo e o Estado deu continuidade aos processos. A organização social mineira Hospital e Maternidade

Therezinha de Jesus (HMTJ), de Minas Gerais, venceu todos os chamamentos.

Site: https://opopular.com.br/politica/andre-mendonca-marca-audiencia-de-conciliac-o-sobre-adi-da-atricon-1.3104781